

EPISTEMOLOGIA E LINGUAGEM: CONJECTURA DE UM “MODELO DE CORRESPONDÊNCIA” E ENSAIO-TESTE EM UM EXPERIMENTO PRELIMINAR

EPISTEMOLOGY AND LANGUAGE: CONJECTURE OF A “CORRESPONDENCE MODEL” AND TEST ESSAY IN A PRELIMINARY EXPERIMENT

Dante Flávio da Costa Reis Júnior

Universidade de Brasília
Departamento de Geografia
dantereis@unb.br

Eriwelton Alves da Silva Soares

Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília
eri.welton@hotmail.com

Lucas Daniel Medrado de Moura

Graduando em Geografia pela Universidade de Brasília
lucasdanielmedrado@gmail.com

Ricardo Ramoni Damasceno Bezerra

Graduando em Geografia pela Universidade de Brasília
ricardo.ramoni18@gmail.com

RESUMO

Movidos pelo interesse em propor um programa de análise que seja potencialmente replicável para os casos em que se busca uma “identidade linguística” das escolas de pensamento, desenhamos um protótipo sistemático e o aplicamos em um ensaio genérico – compreendendo três matizes. Este experimento investigativo constituiu o escopo de um projeto de Iniciação Científica; e, dada a temática envolvida, se enquadra no âmbito dos estudos de Epistemologia e História da Ciência (tendo, obviamente, o “caso Geografia” como alvo da análise). Neste artigo, narramos os procedimentos executados e avaliamos a virtual fecundidade do programa para ensaios análogos.

Palavras-chave: História do Pensamento Geográfico, Análise Linguística, Vocabulário.

ABSTRACT

Moved by the interest in offering an analysis program potentially replicable for the cases in which it seeks a linguistic identity of schools of thought, we designed a systematic prototype and applied in a generic test – comprising three “hues”. This investigative experiment was the purpose of a Scientific Initiation project; and, given the subject involved, falls within the scope of the studies of Epistemology and History of Science (“Geography case” as target of the analysis, of course). In this article, we relate the procedures performed and evaluate the potential fertility of the program for similar tests.

Keywords: history of geographical thought; linguistic analysis; vocabulary.

1 - Introdução

Ao longo de um ano, entre os meses de Agosto de 2013 e Julho de 2014, executamos um projeto de pesquisa (modalidade “Iniciação Científica”) chancelado pela Universidade de Brasília. Intitulado “História e Filosofia da Geografia: Inventário sobre Tipos de Discurso Geográfico”, ele envolveu três alunos do curso de Geografia da UnB – cada um dos quais tendo sido incumbido de um específico plano de atividade.

O projeto teve um corte híbrido. Tanto se relacionou com os estudos filosóficos e históricos sobre a ciência (fato que nos direcionou, naturalmente, à literatura epistemológica – geral e “geográfica”); quanto com os estudos de linguagem (ainda que, neste caso, não tenhamos nos valido tão intensamente da Linguística – cuja literatura bem sabemos ser sólida e farta). Procuramos, portanto, numa dimensão não mais que conjectural e em escala ainda prototipada, lançar sobre o estilo de pesquisa que, no Brasil, vem recebendo o timbre de História do Pensamento Geográfico, o holofote (que pensamos ser altamente esclarecedor) da análise de vocabulário.

Sabíamos que esse aspecto, de ordem linguística, restava subexplorado. É que, de hábito, os pesquisadores em “HPG” tendem a ressaltar sobretudo o ângulo externalista das investigações epistemológicas; quer dizer, dão especial realce a questões ligadas à conjuntura na qual “agentes e valores”, digamos assim, parecem figurar como decisivos para a concepção e/ou retransmissão de ideários e práticas científicos. Menos frequentes são as pesquisas debruçadas sobre a identidade filosófica dos discursos geográficos (sendo que nos referimos, em particular, a uma rara preocupação em comprovar/refutar essa presumida identidade); tanto quanto são poucos os estudos que não se restringem ao mero aspecto das tradições discursivas dessa ou daquela coletividade de cientistas. Apesar de que, ainda assim, eles estejam de fato sintonizados com o grande tema “linguagem”, pensamos que estes segundos estudos (guiados pelos insights de autores-ícone, tais como M. Foucault e P. Bourdieu) negligenciam aquilo que talvez até entendam ser pobre ou “analítico demais”: os estigmas linguísticos que fatalmente derivam daquelas tradições.

Nosso projeto previu, assim, uma consciente intenção de rastrear possíveis “estigmas” de linguagem vinculáveis àqueles estilos de pensamento geográfico que fomos levados a crer “particulares”. E, para isso, desenhamos uma sequência de operações destinadas a

verificar até que ponto as geografias clássica e de pós-guerra conectam-se, discursiva e vocabularmente (via terminologia peculiar), a “respectivos” sistemas filosóficos.

Neste artigo, porém, apresentaremos os resultados atinentes à análise apenas das geografias de pós-guerra; posto que delas despontam os matizes de pensamento mais evidentemente engajados com uma postura interpretativa assentada em esquemas teóricos. E respeitando a nomenclatura simplificada empregada no projeto, os chamaremos aqui Geografia Teorético-Quantitativista (“GTQ”), Geografia Crítico-Radical (“GCR”) e Geografia Humanístico-Perceptiva (“GHP”); preestabelecendo a hipótese (a testar) de que as subjazeriam, respectivamente, os seguintes sistemas filosóficos: (neo)Positivismo (“NP”), (neo)Marxismo (“NM”) e Fenomenologia existencial (“FEX”).

Teríamos, então, que o raciocínio geral inspirador das três hipóteses parciais pode ser assim formulado:

$${}_{EP}C = f({}_{SP}F)$$

Onde “ ${}_{EP}C$ ” designa a escola de pensamento científico, definida por uma confiança em esquemas teóricos explanatórios, dentro de uma dada coletividade (seja de físicos, seja de antropólogos ... seja de geógrafos); e onde “ ${}_{SP}F$ ” designa o sistema de pensamento filosófico, caracterizado por uma visão geral de mundo (uma ontologia) grandemente influente na concepção de princípios operadores no nível dos fenômenos e processos (materialistas ou idealistas). Por conseguinte, as hipóteses parciais restam assim formuladas:

$$GTQ = f({}_{NP}) ; GCR = f({}_{NM}) ; e GHP = f({}_{FEX})$$

[Obs.: Adotamos este recurso a uma representação sintética (via “fórmulas”) a fim de demonstrar que, apesar da natureza metacientífica do estudo (logo, comumente vinculado ao domínio da pesquisa social), nada impede que, por força de um interesse em explorar o ângulo mais normativo da linguagem e raciocínio científicos, possamos nos valer de uma típica notação lógico-simbólica – a qual, como se depreende, cumpre também uma franca função simplificadora.]

2 - Definição de um Modelo de “Correspondência” e Três Ensaio-Teste

Nosso raciocínio diretivo assenta-se numa concepção clássica, segundo a qual todo empreendimento com fins explanatórios em ciência (seja descritivo, analógico, explicativo) pressupõe um substrato de ordem filosófica; isto é, está fundamentado em concepções sobre o mundo que, a princípio, podem estar restritas ao âmbito da metafísica. Certas pesquisas executadas no Brasil veiculam, explicitamente ou nas entrelinhas, essa mesma concepção; o que, no entanto, não significa que seus autores busquem amparar a linha de argumento em filósofos da ciência que se debruçaram sobre a questão. Bem ao contrário, o mais corrente é que façam o diagnóstico sem o recurso à literatura sobre estudos de segunda ordem (ou seja, aqueles propriamente epistemológicos; por exemplo, os de corte anglo-americano). Resultam disso, então, estudos mais próximos da ontologia que da epistemologia. Textos do Professor A. C. Vitte (2009; 2011), a nosso juízo, são os mais notáveis neste referido gênero de estudo.

O argumento de que falamos encontra respaldo em autores celebrizados, tais como Ernst Cassirer (1874-1945) e Alexandre Koyré (1892-1964) – sendo que deste último extraem-se assertivas bastante categóricas a respeito; especialmente numa conferência que proferiu em 1954, em reunião da *American Association for the Advancement of Science*, em Boston (aparecida, depois, na forma de capítulo, em 1961):

[...] la pensée scientifique [...] ne se développe pas *in vacuo*, mais se trouve toujours à l'intérieur d'un cadre d'idées, des principes fondamentaux, d'évidences axiomatiques qui, habituellement, ont été considérés comme appartenant au propre à la philosophie. (KOYRÉ, 2006, p. 256, grifo do autor).

Tirando partido dessa noção geral, desenhamos uma hipótese, a qual intitulamos, muito simplesmente, “hipótese de correspondência”. Para este projeto de pesquisa, em particular, enunciamos a hipótese nos seguintes termos:

Para cada EP_C , presumindo a probabilidade de que possua vocabulário característico, extrai-se (e pode-se, por conseguinte, tipificar) um conjunto de “Atributos identitários”. Estes “Ai’s” descrevem o modo característico como o cientista, em dada época e lugar, verbaliza os resultados de suas investigações, bem como a natureza dos fenômenos em questão. Mas eles também se conectam a certas “Cláusulas identitárias” (Ci’s), por sua vez passíveis de associação a um dado spF . Logo, é em virtude de tais Ai’s apontarem

modos específicos de abordar/interpretar fenômenos do mundo, que se pode sugerir a correspondência com certo $_{SPF}$.

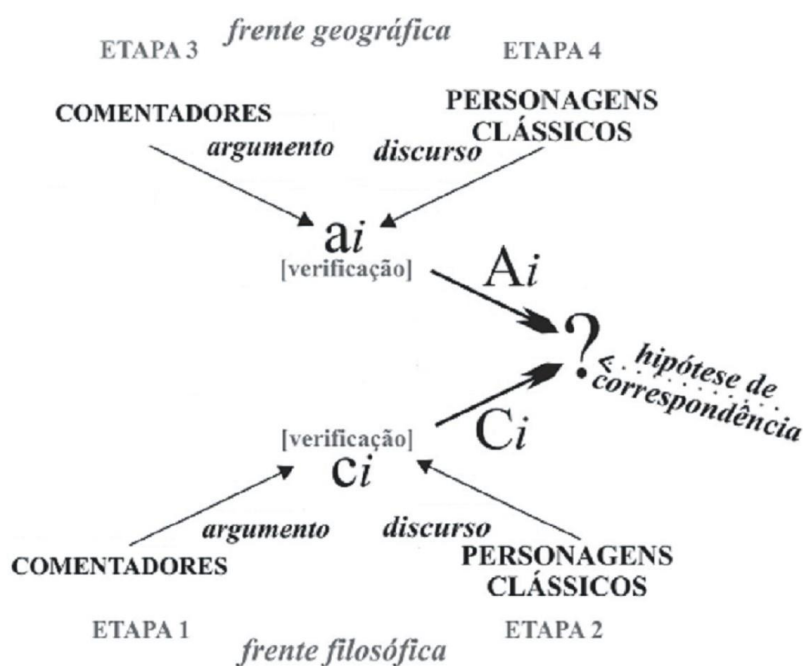
Sobre o planejamento de nossa pesquisa, ela contou com a atuação de três alunos; todos, à época, bacharelados em Geografia. A fim de parametrizar seus respectivos exames analíticos (GTQ, GCR e GHP), estudaram, de antemão, as características do período “clássico” da disciplina – entendido, este, como “regente” da prática e do pensamento geográficos entre, aproximadamente, os anos 1870 e 1950 (considerando, é claro, os contextos emblemáticos francês e anglo-saxão). Este estudo preliminar cumpriria a função de subsidiar seus olhares interpretativos no estágio (principal) subsequente; quando, então, contariam com uma baliza mediante a qual julgar os graus de inflexão entre um matiz epistemológico e outro. O estágio dos procedimentos analíticos compreendeu quatro etapas sucessivas, respondendo à ideia-guia de “articulação” entre Cláusulas e Atributos – conforme enunciado geral de nossa hipótese.

Como se indica na **Figura 1**, cada duas etapas consecutivas definiu uma “frente” (*filosófica*, para a fase de exame dos $_{SPF}$'s; *geográfica*, para as $_{EPC}$'s) – sendo que cada dueto de etapas significou a leitura interpretativa, primeiramente, de autores do tipo “comentador”, e, em seguida, de autores do tipo “clássico”. Pareceu-nos uma medida judiciosa essa de apreender, inicialmente, o “panorama geral” dos sistemas e escolas (mediante publicações em que *Cláusulas* e *Atributos* são referidos desde uma perspectiva não necessariamente direta; mas sim via “caso aplicado”, digamos); para só em seguida acessar as argumentações relativamente mais originais (isto é, “originais” no sentido de que são, por sua vez, abordagens tornadas icônicas pela notoriedade que seus autores de algum modo granjearam).

Cada aluno examinou, em média, trinta textos/autores – somando comentadores e clássicos do sistema filosófico, e os mesmos dois “estilos de autor” para o caso da escola científica geográfica. Mais especificamente, foram examinados 37 textos vinculados à hipótese $GTQ = f(NP)$; 25 à hip. $GCR = f(NM)$; e 29 à hip. $GHP = f(FEX)$. Para até mesmo recomendar a leitura aos virtuais interessados, enumeramos aqui aqueles que acabaram se provando mais funcionais à caracterização dos sistemas e das escolas: Nagel (1934), Hempel (1965) e Hahn, Neurath e Carnap (2002); Cedrés (2004), Adúriz-Bravo et al. (2006) e Zoya (2010) – estes seis associados ao sistema “NP” (sendo “comentadores” os três últimos) –; Gramsci (1970), Lukács (1979) e Horkheimer e

Adorno (2006); Kohan (2007), Cortés (2008) e Pineda (2011) – estes outros seis associados ao sistema “ N_M ” (sendo comentadores também os três últimos) –; Heidegger (1976), Merleau-Ponty (2009) e Husserl (2011); Marques (1997), Roehle (2006) e Lohmar (2007) – este sexteto associado ao sistema “ F_{EX} ” (sendo os últimos três, comentadores) –; Ullman (1951), Schaefer (1953) e Berry (1964); Sheppard (2001), Camargo e Reis Júnior (2004) e Fotheringham (2006) – estes seis associados à escola “GTQ” (sendo comentadores os três últimos) –; Harvey (1972), Peet (1975) e Santos (2004); Bascom (1982), Carlos (1982) e Vesentini (1985) – estes outros seis associados à escola “GCR” (sendo comentadores também os três últimos) –; Frémont (1974), Tuan (1975) e Buttimer (1976); Ley (1981), Arenas e Geisse (2004) e Rodaway (2006) – por fim, este sexteto associado à escola “GHP” (sendo os últimos três, comentadores).

Figura 1 - Etapas da pesquisa e “hipótese de correspondência”



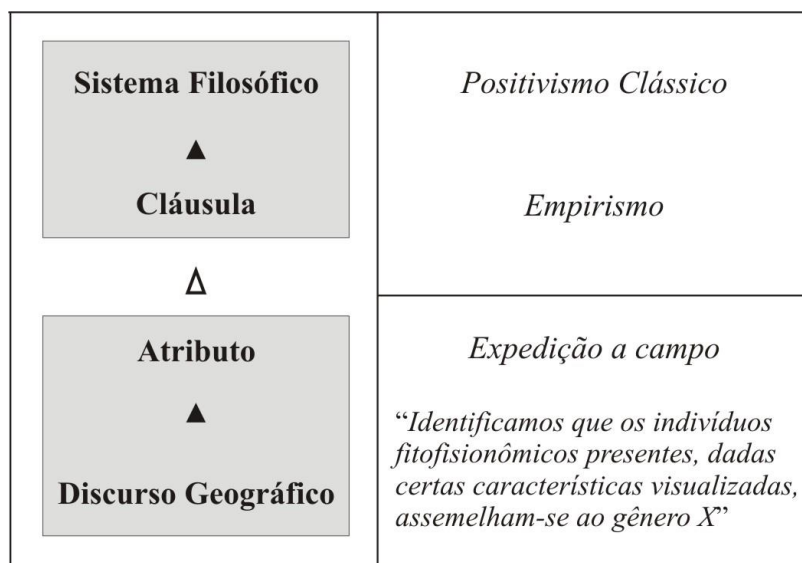
Fonte : organização de Soares, E. A. S. (2014)

[Obs.: O critério para a seleção dos documentos textuais baseou-se em dois aspectos: (1) autor reconhecidamente associado seja ao sistema filosófico, seja à escola científica; e/ou (2) texto com o propósito ao menos indireto de abordar a identidade filosófica das práticas ou pensamentos geográficos. Já com respeito ao procedimento de verificação dos parâmetros de correspondência (isto é, entre os *Atributos* e as *Cláusulas* – ver exemplar hipotético em Figura 2) nos textos selecionados, nos baseamos simplesmente

na frequência com que os atores empregavam determinadas expressões que, sendo intrínsecas ao contradomínio de sua ciência, apresentassem suficiente associação com as expressões por sua vez inerentes ao domínio do sistema filosófico – qualidade esta que poderíamos (numa virtual representação em diagrama) até mesmo definir como “função injetora” da correspondência.]

A bem dizer, o que chamamos neste projeto de pesquisa “hipótese de correspondência” já tinha ocorrências precedentes. Sem dar maior relevo a ela, a aplicamos na intenção de conjecturar uma espécie de “tipologia de discursos” no pensamento geográfico de um dado personagem (CANATA; REIS JÚNIOR; CRUZ, 2013); bem como a aludimos quando propusemos o postulado de que a subjacência das matrizes filosóficas em relação às representações científicas equivale a uma correspondência do tipo “*preceito* (da filosofia) → *premissa* (da teoria)” (REIS JUNIOR, 2014). E a propósito daquela intenção tipológica, embora ela não tenha movido nossas ações desta vez, vale observar que figura como um expediente bastante fértil – e especialmente no caso de desejarmos testar expedientes para o ensino de natureza da ciência. Isso porque, ressaltando o aspecto externalista/sociológico da prática científica, costuma dar bom fruto a identificação de tipos discursivos a fim de, por exemplo, fazer ver o papel que os personagens desempenharam na difusão e julgamento de ideários e/ou técnicas (ver Figura 3).

Figura 2 - Hipótese *ad hoc* de uma relação de “ascendência” (do discurso ao sistema filosófico): um exemplar



Fonte: organização de Dante Reis Jr. (2015)

Figura 3 - Conjectura de “gêneros de discurso”: modalidades de argumento unificadas em “tipos”

Estigma Linguístico ▶ (sub)Tipo		
<i>entusiasmo</i>	<i>publicidade</i>	APOLOGÉTICO (defensor; retransmissor)
<i>engajamento</i>	<i>militância</i>	
<i>alinhamento</i>	<i>adaptação</i>	OPERACIONAL (ciente; destro)
<i>incorporação</i>	<i>aplicação</i>	
<i>lirismo</i>	<i>pragmatismo</i>	ESTILÍSTICO (racional; censor)
<i>logicismo</i>	<i>denuncismo</i>	

Fonte: organização de Dante Reis Jr. (2015)

2.1 - Ensaio-Teste 1: resultados obtidos para a “Correspondência $NP \rightarrow GTQ$ ”

Apesar de se tratar de um sistema de pensamento cujos significados são controvertidos – posto que, não raro, tendemos a associar a ele preceitos que, a rigor, não são intrinsecamente seus (quantificação, p.ex.) –, há certa concordância em que um determinado número de feições desenharia uma silhueta fidedigna do Positivismo Lógico. Tais feições (as *Cláusulas identitárias*, por fim) são desdobramentos de um grande aforismo: a pretensão de “objetividade”. E comentadores e clássicos examinados nos apontaram as seguintes *Ci*'s: (A) rigor linguístico; (B) monismo metodológico; e (C) análise lógico-sintática.

El positivismo lógico suele ser reconocido como el máximo defensor de la neutralidad valorativa de la ciencia, por haber reducido la epistemología al análisis lógico de la sintaxis del lenguaje científico. Por consiguiente parecería que la propuesta positivista lógica no deja lugar alguno para la intromisión de valores ético-políticos en la actividad científica. (ZOYA, 2010, p. 1, grifo nosso).

De esa aspiración se sigue [...] la búsqueda de un sistema de fórmulas neutral, de un simbolismo liberado de la escoria de los lenguajes históricamente dados [...] Se persiguen la limpieza y la claridad, rechazando las distancias oscuras y las profundidades inescrutables. En la ciencia no hay “profundidades”, hay superficie en todas partes: todo lo experimentable forma una red complicada no siempre aprehensible en su totalidad, sino que a menudo sólo comprensible por partes. Todo es accesible al hombre y el hombre es la medida de todas las cosas. [...] Para la concepción científica del mundo no hay enigmas insolubles. (HAHN; NEURATH; CARNAP, 2002, p. 112, grifo nosso).

Na qualidade de argumento de ponderação *a posteriori*, o extrato textual de Leonardo Zoya nos lança luz sobre os preceitos analítico e *value free* – tão emblemáticos que são. Enquanto o trecho de “palavras genuínas”, inscritas no célebre texto “Concepção Científica do Mundo” (*Wissenschaftliche Weltauffassung*) – concebido a seis mãos, e aparecido em 1929 –, nos deixa patente o propósito dos filósofos do “*Wiener Kreis*” em demarcar um âmbito asséptico para o pensamento científico ... produto infalível da razão humana. Intento veiculado aqui pelas palavras de Hans Hahn (1879-1934), Otto Neurath (1882-1945) e Rudolf Carnap (1891-1970).

A exemplo do substrato filosófico (do qual seria um afloramento), à escola Teorético-Quantitativista se costuma atribuir características que não lhe são necessariamente inerentes (o suposto abandono dos trabalhos de campo, p.ex.). Mas a despeito das visões reducionistas – que, aliás, para o caso em especial desta EP_C foram determinantes para sua estigmatização na cena latino-americana –, também foi possível alçar das duas classes de texto examinadas alguns predicados suficientemente conexos. Estes predicados (os *Atributos identitários*, então), como desdobramentos de um aforismo análogo (o anseio de “relevância explanatória”), seriam os seguintes: (a) argumento da replicabilidade; (b) modelagem fisicalista; e (c) análise sistêmica.

O emprego de “modelos” também foi de fundamental importância para essa Nova Geografia. O modelo configura uma abstração que deve dar conta de responder como os elementos que ele compreende interagem e, por conseguinte, como o todo tende a funcionar. Vemos então que modelos geométricos, probabilísticos, descritivos e classificatórios formaram o rol de produtos disponibilizados, sobretudo, pelas ciências sistemáticas. (CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2004, p. 360, grifo nosso).

What is this system comprising the earth as the home of man? It can be described as the complex worldwide man-earth ecosystem. An ecosystem logically comprises populations of living organisms and a complex of environmental factors, in which the organisms interact among themselves in many ways, and in which there are reciprocal effects between the environments and the populations. [...] Geography’s integrating concepts and processes concern the worldwide ecosystem of which man is the dominant part. (BERRY, 1964, p. 3, grifo nosso).

O fragmento redigido pelos comentadores José Camargo e Dante Reis Jr. corrobora a ideia, amplamente irradiada, de que uma das mais singulares novidades trazidas pela Geografia de pós-guerra viria a ser o emprego de protótipos explicativos – recurso que além de ter significado uma aproximação deliberada das disciplinas já há muito

acostumadas com a noção de parâmetro de ordem, desviou o raciocínio geográfico para as operações racionais prescritivas. Enquanto o excerto retirado de um famoso artigo de Brian Berry nos transmite três ideias conectadas entre si: 1ª) o objeto da ciência geográfica pode ser traduzido como uma “organização” fundada em múltiplas “interconexões”; 2ª) o processo derivado deste fato estrutural provavelmente autoriza explanações analógicas (inspiradas, decerto, na imagem de “complexidade” presente nos modelos naturalistas); e 3ª) o elemento humano, apesar dos riscos de um reducionismo ecológico, é o fator primaz na alteração potencial de magnitudes e frequências da organização sistêmica.

2.2 - Ensaio-Teste 2: resultados obtidos para a “Correspondência $NM \rightarrow GCR$ ”

Este sistema de pensamento, reivindicado por muitos dos praticantes de uma ciência de corte crítico-sociológico, também não é imune a representações superficiais (o lugar-comum do movimento dialético, p.ex.). Contudo, para um spF que poderíamos denominar, em sentido amplo, “(neo)Marxismo” certos elementos característicos parecem apresentar-se como predicados satisfatórios. Suas *Cláusulas identitárias* (decorrentes de um grande *leitmotiv*: “combate à ordem vigente”) seriam: (A) demonstração da materialidade histórica; (B) argumento sobre ações antagonistas, aliado a um ideal de emancipação; e (C) crítica às relações submissas (p.ex., tecnologia/capitalismo).

[...] se esquematizamos os distintos âmbitos onde a esfera econômica e a do poder se inter-relacionam no discurso teórico de Marx, se condicionam, cruzam e penetram mutuamente, obteremos: [...] Âmbito do poder, da expropriação e da ruptura, que se realiza mediante a violência, o roubo, a conquista, a pilhagem, a tortura e a estafa. [...] Chegada do proletário (coletivo) ao âmbito da troca, desarmado, vencido, expropriado de suas condições de vida. Nasce a “liberdade” moderna, o “sujeito livre” soberano e as “leis naturais” da economia capitalista. [...] Âmbito do mercado, onde se pactua e negocia a expropriação “pacífica e voluntária” da força de trabalho, por meio da relação jurídica contratual que estabelece um intercâmbio desigual [...] Compra de nova força de trabalho e dos meios de produção gastos que tem que se renovar. [...] Âmbito da produção, onde se reinicia o ciclo e se reproduz a relação de capital. (KOHAN, 2007, p. 44-45, grifo nosso).

Die Naturverfallenheit der Menschen heute ist vom gesellschaftlichen Fortschritt nicht abzulösen. Die Steigerung der wirtschaftlichen Produktivität, die einerseits die Bedingungen für eine gerechtere Welt herstellt, verleiht andererseits dem technischen Apparat und den sozialen Gruppen, die über ihn verfügen, eine unmäßige Überlegenheit über ihn den Rest der Bevölkerung. Der Einzelne wird gegenüber den ökonomischen Mächten vollends annulliert. Dabei treiben diese die Gewalt der Gesellschaft über die Natur auf nie geahnte Höhe. Während der Einzelne vor dem Apparat verschwindet, den er bedient, wird er von diesem besser als je versorgt. Im ungerechten Zustand steigt die Ohnmacht und Lenkbarkeit der Masse mit der ihr zugeteilten Gütermenge.¹ (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 4-5, grifo nosso).

Enquadrada na família dos argumentos legatários, a textualização capturada de Néstor Kohan traz à vista o preceito do combate à naturalização da iniquidade – mobilizador que é de inesgotáveis retóricas anti-*establishment*. Por sua vez, a passagem (que quisemos dispor em idioma original) de autoria de dois ilustres personagens neomarxistas – passagem destacada do prefácio redigido em 1944 para a obra “Dialética do Esclarecimento” (*Dialektik der Aufklärung*) – evidencia o engajamento dos membros da *Frankfurter Schule* em apontar os processos de opressão (*Unterdrückung*) ... indispensáveis para a preservação do estado das coisas. Causa inglória aqui bem representada pelas palavras acordadas entre um Max Horkheimer (1895-1973) e um Theodor Adorno (1903-1969).

Assemelhando-se ao que ocorre quando os preceitos $\mathcal{N}\mathcal{M}$ infiltram-se no discurso de cientistas sociais, o círculo Crítico-Radical de geógrafos esbanja uma eloquência do tipo sentenciosa e, não poucas vezes, um pendor para a afetação heroica (podendo acontecer, p.ex., do autor, enxergando-se integrante de uma minoria esclarecida, crer que esta sua incomum clarividência deve ser posta a serviço de uma missão social histórica). Poderíamos até afirmar que, de uma escola a outra, o que se altera do ponto de vista linguístico são os novos termos ou vocabulário no qual a presunção da vez vai estar encarnada (e não estão excluídas a soberba, a ufanía, a autocomiseração...). Para o caso desta $\mathcal{E}\mathcal{P}\mathcal{C}$ – que é “combativa”, mas na mesma medida em que é jactanciosa –

¹ Tradução aproximada: “A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade, que, por um lado, produz as condições para um mundo mais justo, por outro, confere ao aparelho técnico (e aos grupos sociais que o controlam) uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo vê-se, ao mesmo tempo (e mais do que nunca), provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de mercadorias a ela destinadas.”.

identificam-se os seguintes *Atributos* (cuja ascendência – suficientemente conexa, aliás, àquele *leitmotiv* mencionado há pouco – remonta a um princípio moral de “justiça equânime”): (a) estudos de problemas concretos, mas em escala social (transindividual, portanto); (b) discurso libertário, aliado a uma retórica de denúncia (das “injustiças espaciais”, p.ex.); e (c) busca de respaldo junto a teóricos sociais afamados (icônicos e/ou *best-sellers*).

O trabalho e as condicionantes históricas em que ele é realizado é a chave da compreensão da produção espacial; produção esta que traz em seu bojo a unidade do diverso, isto é, as contradições e diferenciações que geram o seu próprio desenvolvimento. Nesse contexto a produção do espaço geográfico não pode ser analisada desvinculada do processo de produção historicamente determinado. (CARLOS, 1982, p. 106, grifo nosso).

Marxist theory argues that inequality must occur in capitalist systems. It is metatheory dealing with the great forces which shape millions of lives, and it means little to the individual unless he can see how his life, and the particular circumstances which surround it, fits into the general patterns which Marx predicted. Environmental, or geographic, theory deals with the mechanisms which perpetuate inequality from the point of view of the individual. (PEET, 1975, p. 567, grifo nosso).

Acima, o primeiro trecho, apanhado de um artigo que classificamos como estudo de aplicação (logo, podendo sua autora ser considerada uma “comentadora”), nos valida uma das premissas capitais da teoria social de cepa marxista: a de que os processos em curso sintetizam uma dinâmica de forças contrárias – opção analítica que coopera à imagem sacralizada de natureza dialética do mundo social; e que, por isso, incitou o juízo geográfico de alguns de nossos colegas a pôr na alça de mira fenômenos contraditórios (o que também quis dizer centrar fogo no que entenderam ser a manifestação de uma racionalidade “perversa”). Já a segunda citação, içada de texto que se tornou um verdadeiro clássico da *radical geography* surgida na cena estadunidense e chancelada pelos Anais da Associação de Geógrafos Americanos (apesar, é claro, de seu autor ser inglês de nascimento), estampa dois indícios importantes no acordo entre preceito e premissa (isto é, entre *Ci* e *Ai*): o amparo confiante na autoridade de um mentor-mor e (a exemplo do verificado nas expressões da comentadora) a declaração de que caberia à ciência geográfica desvelar mecanismos despóticos, persistentemente opressores.

2.3 - Ensaio-Teste 3: resultados obtidos para a “Correspondência $F_{EX} \rightarrow GHP$ ”

O SPF Fenomenologia não é alvo menor de usos e referências reducionistas ou (talvez até mais frequentemente) oportunistas. Muitos pesquisadores no grande domínio das “humanidades”, aflitos por sustentarem a relevância de seus estudos, parecem ter encontrado nessa matriz filosófica um manancial de argumentos inspiradores não só para enquadrar a natureza dos objetos e processos que “investigam”, mas sobretudo a fim de destaca-los para mais além daquilo que costumam preferir entender como superficial e/ou meramente materialista. Por isso alguns tenderem a associar a este sistema preceitos que – pelo menos em fontes mais genuínas – não guardam real relação direta com ele (uma suposta depreciação do raciocínio matemático, p.ex.). Ainda assim, mesmo que não se evitem as representações imediatistas, triviais ou aproveitadoras, cabe destacar da Fenomenologia seus preceitos fundamentais em escala genérica. E pensamos poder sintetiza-los nas seguintes *Ci*'s (que, tomadas em conjunto, endossam o aforismo da busca da “essencialidade”): (A) intencionalidade, ou consciência ativa (*Intentionalität*); (B) interpretação representacionista; e (C) intersubjetividade.

[...] trabalhar supondo ser possível evitar referências à presença do pesquisador é o mesmo que separar o ato de conhecer do modo de ser humano. É a tentativa de subtrair ao homem uma faceta que lhe determina ontologicamente. Cria-se uma situação absurda: o pesquisador atua para conhecer, negando sua própria presença cognoscente. [...] fenomenologicamente, o homem vê dando algo de si para o que é visto [...] naturalisticamente, deveria ver sem sequer estar presente diante do que é visto. Se o homem é iluminando (deixando aparecer) o mundo, qualquer procedimento científico que exclua a presença humana apaga a luz, conseqüentemente nada poderia ser visto. (ROEHE, 2006, p. 157, grifo nosso).

Of special importance is what one has recognized only very late, that reflective experience, the so-called “inner” (experience) has many steps and dimensions of depths and is very difficult to be carried out if one strives beyond the most superficial. One didn't at first have an idea of the depths and mediations. One didn't see that the inner experience is not a simple reflection that easily conducts to the concretion of the respective individual inwardness [...], but that this concretion can be grasped as a whole only within many steps of reflection, that the inner experiencing is a process that is a revelation that is accomplished by ever new reflection. (HUSSERL, 2011, p. 283, grifo nosso).

Na qualidade de argumento do tipo comentarista, o extrato selecionado de Marcelo Roehle apresenta especialmente o preceito de que a “constituição” dos objetos está sempre na dependência de um ato perceptivo; logo, inviabilizando-se a ideia de um ato de conhecer que revela sem turvar – preceito, sem dúvida, bastante emblemático (ainda que, indevidamente, fácil de ser confundido com a concepção de irrealidade desses mesmos objetos). Já quanto ao trecho composto de palavras clássicas (sacadas de uma tradução inglesa do *Einiges über Aufgabe und historische Stellung der Logischen Untersuchungen*, de 1925) ele nos notifica o preceito *Innerlichkeiten*; termo cujas traduções alternativas – “intimidade”, “sensibilidade”, “introspecção” – deixa bastante clara a função decisiva das experiências individuais, reflexivas e “interiores” (*individual inwardness*) para o alcance de conhecimento em níveis mais “profundos”. Consideração filosófica de Edmund Husserl (1859-1938).

Até mais dilatado que o campo de interpretações que se relaciona ao substrato filosófico fenomenológico, aquele respectivo à escola geográfica Humanístico-Perceptiva reúne múltiplas e díspares impressões de significado – fato que realmente torna o uso do termo “escola” bem menos apropriado aqui, se compararmos aos casos teórico e radical (cujos contornos seriam relativamente mais nítidos). É que as argumentações da GHP tanto podem se aproximar das linhas de discurso (mais ou menos robustas) das ciências cognitivas, quanto podem (já indo além do perímetro das explanações científicas) se aproximar de um discurso de corte estético. Suplantando, porém, as visões extrapoladas – que, de fato, contribuem a um imaginário de “permissividade” em torno desta EP –, foi possível identificar nas duas amostras de texto examinadas algumas características razoavelmente consensuais. E elas nos definiram os seguintes *Ai*'s: (a) espaço como construção simbólica; (b) recurso a modelos teóricos da Psicologia; e (c) potencialidade das linguagens intercomunicativas não-científicas. Estes *Atributos* seriam desdobramentos, diríamos, de um aforismo que encontra correspondência com o mencionado há pouco: busca antes por “compreender” (a *Verstehen*, em vez da *Erklären*).

Humanistic geographers developed a distinct research strategy and a series of people-centred methods [...] to explicate a detailed and reflective understanding of the relationship between people and place, a geography of the world as home [...] In contrast to positivist geographers (with their itemization of facts, search for general laws, and causal explanations), humanistic geographers were more concerned with the subjective experience, the particular and the unique. (RODAWAY, 2006, p. 263, grifo nosso).

Le paysage n'est pas un simple “objet”, ni l'oeil qui l'observe, une lentille froide, un “objectif”. Il est aussi oeuvre et univers de signes. Modelé par les homes, ressenti autant qu'observé, poème collectif gravé sur la terre autant réseau fonctionnel de champs et de chemins, il évoque autant et plus que ce qu'il est. Il convient donc de ne pas limiter le champ d'observation et d'interprétation de la géographie à une étude de formes-objets considérés pour eux-mêmes. La morphologie doit être complétée par une sémiologie et par une poétique et une esthétique des paysages [...] (FRÉMONT, 1974, p. 128, grifo nosso).

O fragmento redigido pelo comentador Paul Rodaway avaliza a concepção (também muitíssimo frequente no imaginário sobre o “humanismo” em Geografia) de que haveria certas escalas de investigação mais apropriadas a assentar sobre o estrado filosófico: a do indivíduo e a do lugar. O desafio, como se presume, passa a ser harmonizar as premissas inerentes aos virtuais aportes teóricos (tomados de empréstimo de campos investigadores de fenômenos perceptivos, p.ex.) com a “natureza” acordada aos fenômenos de interesse – normalmente, entendidos como desviantes de formulações do tipo nomotético. Por fim, o trecho “de época”, extraído de um artigo de Armand Frémont (nome-chave desta Geografia “descarregada de materialidade”, na cena francesa) nos veicula duas ideias fortes: a de que a ciência geográfica precisa saber suplantar a rotina das observações objetivistas; e a de que essa superação metodológica pode se fazer explorando expedientes linguísticos “menos frios” – portanto, mais atentos ao poder compreensivo da sensibilidade.

3 - Resultados e conclusões prescritivas

Optamos aqui por um desfecho otimista, mas nem tanto autoindulgente. Acreditamos ter corroborado, suficientemente, a hipótese de correspondência. Há visíveis compatibilidades linguísticas entre dados discursos geográficos e certos sistemas filosóficos. E tal verificação parece se mostrar mesmo bem mediante determinados “estigmas”; os quais, desde que identificados com apreciável frequência num conjunto familiar de autores, apontam para uma visão de mundo que lhes é subjacente.

Por outro lado, estamos cientes de que ensaios análogos teriam de ser mais vezes replicados – até que episódios de falsificação possam vir a engendrar uma hipótese substitutiva; melhor aperfeiçoada. Hipóteses rivais à de correspondência se inscrevem, a nosso juízo, como parâmetros de confronto muito fecundos. Há, por exemplo, bons argumentos a favor da ideia de que “apenas indiretamente” as expressões várias do positivismo (testemunho/confirmação empírica; explicação legislativa; etc.) encontram rebatimento em premissas teórico-metodológicas da escola teórico-quantitativa. E divisamos aí um sinal interessante de que nossa hipótese poderia, em breve, ser posta em xeque.

Ainda nas vezes de aprimoramento, estamos convictos de que com a apropriação da literatura (longeva e consistente) no campo da Linguística só teríamos a ganhar. Convém reconhecer que em nossa investigação acabamos nos valendo de uma ideia *latu sensu* de “discurso”; isto é, sem que outras acepções – quem sabe, mais úteis ao propósito de avaliar a intercomunicação nas ciências – fossem trazidas à vista, para compara-las e eleger a mais conveniente. Além disso, expressões outras da linguagem (“argumentação”, “retórica”, “vocabulário”) poderiam ser exploradas no devido nível de detalhamento, a fim de prover de novos realces o tema das textualizações e elocuições no âmbito da ciência. Sendo assim, para mais além dos estudos que, mirando o discurso científico, centram atenção nos contextos e valores de época, também poderíamos executar análises sobre a sintaxe lógica dos raciocínios, as estratégias de persuasão e os léxicos possivelmente bastante particulares.

A sofisticação dos estudos teóricos sobre a ciência tomando como ângulo de ataque a linguagem já provou dar bons frutos. Resta agora a Epistemologia da Geografia também incorporar ao seu piso superior esse mais novo inquilino (a conviver, doravante, com os residentes tradicionais do andar das metateorias – os habituais olhar histórico e olhar sociológico). Que, no mínimo, lograríamos um ensino de HPG expandido, versátil; posto que não mais apenas confinado ao externalismo das narrativas sobre circunstâncias político-econômicas, tanto quanto sobre feitos de atores e instituições. Está evidente, a função amplificadora da linguagem reside no trunfo de poder ensejar estudos sobre a dinâmica comunicacional das ciências que seriam mais “abertos”; isto é, estimulando o exame sim dos artifícios deliberados (e, às vezes, ardilosos) ... mas também os expedientes lógicos e semióticos.

Noticiamos aqui os resultados de uma empresa investigativa preliminar. Esperamos ter conseguido ressaltar um pouco da ideia geral veiculada: a de que o percurso até uma “Linguística da Ciência Geográfica”, apesar de longo, prenuncia-nos grandes descobertas.

Agradecimentos

Somos gratos ao financiamento que essa pesquisa teve, via Edital “ProIC/DPP/UnB” – fomentado pelo programa “PIBIC/CNPq” 2013/2014.

REFERÊNCIAS

ADÚRIZ-BRAVO, A.; SALAZAR, I.; MENA, N.; BADILLO, E. La epistemología en la formación del profesorado de ciencias naturales: aportaciones del positivismo lógico. **Revista Electrónica de Investigación en Educación en Ciencias**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 6-23, 2006.

ARENAS, H. S.; GEISSE, M. G. La aproximación humanística en geografía. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, n. 31, p. 31-52, 2004.

BASCOM, J. The historical and philosophical emergence of radical geography. **The Geographical Bulletin**, v. 22, p. 7-13, 1982.

BERRY, B. J. L. Approaches to regional analysis: a synthesis. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 54, n. 1, p. 2-11, mar. 1964.

BUTTNER, A. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 2, p. 277-292, jun. 1976.

CAMARGO, J. C. G.; REIS JÚNIOR, D. F. C. Considerações a respeito da geografia neopositivista no Brasil. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 355-382, set./dez. 2004.

CANATA, F. A. P. Z.; REIS JÚNIOR., D. F. C.; CRUZ, H. J. M. Do pensamento à linguagem: metodologia para análise de discursos geográficos (estudo de caso Aziz Ab’Sáber). In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima. **Anais ...** Lima: PUCPerú, 2013. 20p.

CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 105-111, 1982.

CEDRÉS, A. J. P. Neurath, Carnap, Popper: la cruzada contra el fundacionalismo epistemológico. **Signos Filosóficos**, v. 6, n. 11, p. 53-70, 2004.

CORTÉS, M. Por una noción crítica y dialéctica de ciencia: aportes de la teoría marxista para la construcción de una epistemología emancipatoria. **Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, Madrid, v. 2, n. 1, p. 67-72, 2008.

FOTHERINGHAM, A. S. Quantification, evidence and positivism. In: AITKEN, S.; VALENTINE, G. (Ed.). **Approaches to human geography**. London: Sage, 2006. 22, p. 237-250.

FRÉMONT, A. Les profondeurs des paysages géographiques. **L’Espace Géographique**, Paris, v. 3, n. 2, p. 127-136, 1974. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1974_num_3_2_1461>. Acesso em: 26 set. 2015.

GRAMSCI, A. **Introducción a la filosofía de la praxis**. Barcelona: Flamma Editorial, 1970. 72p.

HAHN, H.; NEURATH, O.; CARNAP, R. La concepción científica del mundo: el Círculo de Viena. **Redes**, Buenos Aires, v. 9, n. 18, p. 103-149, 2002. Disponível em: <<https://plorenzano.files.wordpress.com/2008/12/la-concepcion-cientifica-del-mundo-el-circulo-de-viena-redes-18.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015.

HARVEY, D. Revolutionary and counter revolutionary theory in geography and the problem of ghetto formation. **Antipode: A Radical Journal of Geography**, v. 4, n. 2, p. 1-12, 1972.

HEIDEGGER, M. The age of the world view. **Boundary 2**, Durham, v. 4, n. 2, p. 340-355, 1976.

HEMPEL, C. G. **Aspects of scientific explanation and other essays in the philosophy of science**. New York: The Free Press, 1965. 505p.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialektik der aufklärung**: philosophische fragmente. 16 ed. Frankfurt: Fischer Taschenbuch, 2006. 244p.

HUSSERL, E. On the task and historical position of the logical investigations. **The Journal of Speculative Philosophy**, v. 25, n. 3, p. 268-305, 2011.

KOHAN, N. Gramsci e Marx: hegemonia e poder na teoria marxista. **Tempos Históricos**, v. 10, p. 15-70, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/1223/1010>>. Acesso em: 22 set. 2015.

KOYRÉ, A. **Études d’histoire de la pensée philosophique**. Paris: Gallimard, 2006. 364p. (col. Tel, n. 57).

LEY, D. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 5, n. 2, p. 249-257, june 1981.

LOHMAR, D. El método fenomenológico de la intuición de esencias y su concreción como variación eidética. **Investigaciones Fenomenológicas**, Madrid, n. 5 p. 9-47, 2007.

LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: LECH, 1979. 174p.

MARQUES, J. O método fenomenológico em Husserl e Heidegger: diferenças e aproximações. **Filósofos**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 1997.

MERLEAU-PONTY, M. La filosofía de la existencia. **Praxis Filosófica**, Cali, n. 28, p. 229-242, 2009.

NAGEL, E. Verifiability, truth, and verification. **The Journal of Philosophy**, v. 31, n. 6, p. 141-148, 1934.

PEET, R. Inequality and poverty: a marxist-geographic theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 65, n. 4, p. 564-571, dec. 1975.

PINEDA, F. F. La cuestión de la crítica en la teoría marxista. **Folios**, n. 34, p. 37-44, 2011.

REIS JÚNIOR, D. F. C. Universais de filosofia, história e geografia das ciências ... e o exemplar fértil da ciência geográfica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. 14., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. 15p.

RODAWAY, P. Humanism and people-centered methods. In: AITKEN, S.; VALENTINE, G. (Ed.). **Approaches to human geography**. London: Sage, 2006. 24, p. 263-272.

ROEHE, M. V. Uma abordagem fenomenológico-existencial para a questão do conhecimento em psicologia. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 153-158, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v11n2/a04v11n2.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2015.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 236p.

SCHAEFER, F. K. Exceptionalism in geography: a methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 43, n. 3, p. 226-249, sep. 1953.

SHEPPARD, E. Quantitative geography: representations, practices, and possibilities. **Environment and Planning D: society and space**, London, n. 19, p. 535-554, 2001.

TUAN, Y.-F. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975.

ULLMAN, E. A theory of location for cities. In: HATT, P. K.; REISS JR., A. J. (Ed.). **Cities and society**: the revised reader in urban sociology. Glencoe: Free Press, 1951. 19, p. 227-236.

VESENTINI, J. W. Geografia e discurso crítico (da epistemologia à crítica do conhecimento). **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 4, p. 7-13, 1985.

VITTE, A. C. As influências da filosofia natural e da *naturphilosophie* na constituição do darwinismo: elementos para uma filosofia da geografia física moderna. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3371/337127151002.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

VITTE, A. C. A ciência humboldtiana e a geografia física. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 71-82, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2736/273621468007.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

ZOYA, L. G. R. Hacia una epistemología política: la tensión entre ciencia y política en la filosofía de la ciencia del positivismo lógico. **A Parte Rei**, Madrid, n. 69, p. 1-17, may. 2010. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/~cmunoz11/zoya69.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015.